

Começa hoje votação sobre dívida externa

Da Redação

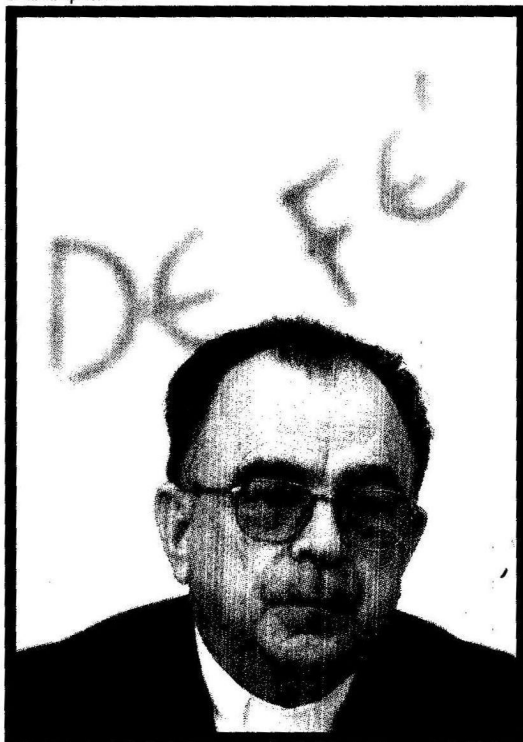
Com agências Estado e Folha

Mais uma prova de fogo para a popularidade do governo Fernando Henrique Cardoso. Começa a consulta popular para discutir uma possível auditoria sobre as dívidas externa e interna e a manutenção ou não do acordo firmado pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O plebiscito é promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outras entidades pastorais e sindicais. Até o dia 7, urnas estarão espalhadas por diversas dioceses, escolas e locais de grande movimentação de público do país para coletar a opinião dos brasileiros sobre os temas.

“Um dos papéis da religião é pensar nos problemas da sociedade dentro da história”, justifica o secretário-geral da entidade, dom Raymundo Damasceno Assis. “O objetivo do plebiscito é tirar o povo do estado de passividade”, avaliou o presidente da Confederação Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), pastor Joaquim Beato. De acordo com os números da CNBB, haverá urnas em todos os estados brasileiros, além do Distrito Federal. Serão mais de 2.800 municípios.

Dom Damasceno insistiu que a idéia do plebiscito não é a de cancelar o pagamento da dívida externa brasileira. “Não estamos

Dida Sampaio/AE



**DOM DAMASCENO: É PAPEL DA RELIGIÃO
PENSAR NOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE**

falando em calote, estamos apenas propondo repensar a questão.” O resultado do plebiscito será apresentado no próximo dia 13 na Câmara dos Deputados.

Malan voltou a criticar duramente a proposta de plebiscito. Para ele, a proposta “é fora de seu lugar e de seu tempo”, porque não se encaixa na realidade atual do país. O ministro afirmou que

a dívida externa brasileira é hoje de US\$ 231,3 bilhões, sendo que US\$ 26,7 bilhão são de curto prazo e neste total estão inseridos US\$ 23 bilhões de recursos privados e os US\$ 3,7 bilhões restantes referem-se às linhas de financiamento da Petrobras para importação de petróleo. “Ninguém em sã consciência deixaria de pagar dívidas referentes a investimentos para importações”, destacou.

O bispo de Santa Cruz do Sul (RS), Sinésio Bohn, um dos

coordenadores das pastorais sociais da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, afirmou que destinar 70% do Orçamento federal ao pagamento da dívida externa desleixando os investimentos na área social, “é uma imoralidade e uma injustiça”. O bispo condenou a visão, para ele “estreita e economicista”, atribuída à discussão da dívida.